

Notas sobre gênero em *O Capital* de Marx¹

Silvia Federici²

Resumo: Silvia Federici propõe-se a resgatar as análises de Marx a respeito de gênero e trabalho em *O Capital*, fazendo uma avaliação da ambiguidade da contribuição de Marx. Segundo a autora, por um lado, Marx avaliou criticamente as relações entre o desenvolvimento do capitalismo e a exploração do trabalho operário feminino no período de surgimento da industrialização. Além disso, a autora identifica na crítica do trabalho no capitalismo uma referência importante para a formação da crítica feminista. Por outro lado, Federici mostra os diversos limites da abordagem de *O Capital* a respeito do problema do gênero. Dentre os tópicos apontados, destacam-se: (1) a ausência de uma abordagem analítica, e não apenas meramente descritiva, da condição da mulher nas fábricas; (2) a omissão do papel do trabalho reprodutivo como um pilar do modo de produção capitalista; (3) a crítica à leitura de Marx que via no capitalismo um caminho necessário para criação das condições de emancipação da mulher; (4) e, por último, a crítica à tese de Marx de que no capitalismo só o trabalho industrial lançaria os fundamentos normativos para a organização do trabalho. Contrariamente a Marx, Federici sustenta que também a dicotomia produtivo-reprodutivo é determinada historicamente pelo modo de produção capitalista, sem a qual a acumulação capitalista não poderia existir. Por fim, a autora conclui que esses erros e omissões teóricas não

¹ Este artigo foi publicado em inglês em *Reading "Capital" Today*, organizado por Ingo Schmidt e Carlo Fanelli e publicado pela Pluto Press em 2017; em espanhol, pelo periódico *Herramienta*, n. 60, inverno de 2017; e em português pela *Revista Movimento* em <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marx-feminismo-marxista/>. Tradução: Giovanna Henrique Marcelino. Revisão: Pedro Micussi. Resumo feito pelos editores do Cadernos Cemarx.

² Professora emérita da Universidade Hofstra de Nova York e militante feminista ítalo-estadunidense. E-mail: silvia.federici@Hofstra.edu.

são casuais, mas fruto de pontos de vista teóricos e políticos de Marx, que não encontrava respaldo numa reflexão acurada sobre os vínculos entre gênero e capitalismo.

Palavras-chave: Gênero; Marx; Trabalho.

Abstract: Silvia Federici proposes to trace Marx's analysis respecting gender and labor in *Capital*, making an appraisal about the ambiguity of Marx's contribution. According to Federici, on the one hand - Marx critically analysed the relations between capitalism development and feminine labor exploitation within the period of industrialization. In addition, the author identifies in the criticism of labor in capitalism an important reference for the formation of feminist criticism. On the other hand, Federici shows several limits of *Capital's* approach to gender. Within the pointed topics, the following stand out: the absence of an analytical approach, and not merely descriptive, about the women conditions in factories; the omission of the role of reproductive labor as a cornerstone of capitalism; the criticism to Marx's approach that saw in capitalism a necessary way for creating the conditions for the women's emancipation; (4) and, lastly, the criticism to Marx's thesis that in capitalism only the industrial labor would establish the normative foundations for labor organization. Contrary to Marx, Federici sustains that also the dichotomy productive-reproductive is historically determined by the capitalist mode of production, without which the capitalist accumulation could not exist. Finally, the author concludes that these theoretical omissions and mistakes are not casual, but product of Marx's political and theoretical conceptions, which were not supported by accurate reflexions on the connections between gender and labor.

Keywords: Gender; Marx; Labor.

Introdução

À medida que o interesse no marxismo e no feminismo se renova, e o olhar de Marx sobre "gênero" recebe nova atenção, surgem novos consensos entre as feministas, que também moldam minha abordagem

do tema³. Em primeiro lugar, enquanto nos primeiros trabalhos de Marx podem ser encontradas denúncias sobre as desigualdades de gênero e o controle patriarcal na família e na sociedade, é de acordo comum que “Marx não tinha muito a dizer sobre gênero e família” (BROWN, 2012, p. 143) e que, mesmo em *O Capital*, seu olhar a este respeito deve ser reconstruído a partir de observações dispersas.

No entanto, o trabalho de Marx tem sido de grande contribuição para o desenvolvimento da teoria feminista, embora não se baseie essencialmente em seus pronunciamentos diretos sobre o tema. Seu método histórico-materialista não apenas ajudou a demonstrar que as hierarquias e identidades de gênero são construções⁴. Suas análises sobre a acumulação capitalista e a criação de valor deram também às feministas da minha geração ferramentas poderosas para repensar tanto as formas específicas de exploração a que as mulheres foram submetidas na sociedade capitalista quanto a relação entre sexo, raça e classe⁵. Porém, o uso que as feministas fizeram de Marx as conduziram, na melhor das hipóteses, em uma direção diferente daquela que ele traçou.

Escrever sobre gênero em *O Capital* é reconciliar, portanto, com dois Marx diferentes e, acrescento, dois pontos de vista diferentes sobre gênero e luta de classes. De acordo com isso, o que segue abaixo está dividido em duas partes. Na primeira, examino a visão de Marx sobre gênero tal como ele a articula no volume 1 em sua análise sobre o emprego das mulheres no trabalho industrial. Também comento seus

³ As publicações recentes de Heather A. Brown, *Marx on Gender and the Family* (2012), e de Shahrzad Mojabed, *Marxism and Feminism* (2015) – esta última publicada junto com a conferência sobre o tema organizada pela Fundação Rosa Luxemburgo em Berlim no mesmo ano – são sinais desse novo interesse pela teoria do gênero de Marx.

⁴ Para uma teoria marxista da natureza da mulher, ver Holmstrom, N., A Marxist Theory of Women’s Nature. In: HOLMSTROM, N. (ed.). *The Socialist Feminist Project. A Contemporary reader in Theory and Politics*. Nova York: Monthly Review, 2002a, p. 360-376.

⁵ As citações aqui fazem referência ao ensaio de Selma James sobre esse assunto. Cf. James, Selma. *Sex, Race and Class*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

silêncios, especialmente em relação ao trabalho doméstico, já que são eloquentes sobre as preocupações que estruturavam seu pensamento no momento em que ele escreveu.

Aqui, minha principal ideia é que Marx deixou a questão de gênero não-teorizada porque, em parte, a “emancipação das mulheres” tinha uma importância periférica em seu trabalho político; de fato, ele naturalizava o trabalho doméstico e, tal como o movimento socialista europeu em seu conjunto, idealizava o trabalho industrial como a forma normativa de produção social e como potencial nivelador das desigualdades sociais. Assim, Marx considerava que, com o decorrer do tempo, as distinções em torno de gênero e idade se dissipariam. Ele não conseguiu apreciar a importância estratégica, tanto para o desenvolvimento do capitalismo como para a luta contra ele, da esfera de atividades e relações pelos quais nossas vidas e a força de trabalho são reproduzidas, começando pela sexualidade, a procriação e, primeiro e principalmente, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres.

Esses “descuidos” sobre a importância do trabalho reprodutivo das mulheres implicam que Marx, apesar de sua condenação das relações patriarcais, nos deixou uma análise do capital e da classe a partir de uma perspectiva masculina – a do “homem que trabalha”, o assalariado industrial em cujo nome a Internacional se formou, considerado o portador da aspiração universal à libertação humana.

Da mesma forma, implicam que muitos marxistas se justificaram em tratar gênero e raça como questões culturais, dissociando-as da classe, e que o movimento feminista teve que começar com uma crítica de Marx.

Assim, enquanto este artigo enfoca o tratamento sobre gênero na grande obra de Marx, na segunda parte reviso brevemente a reconstrução das categorias de Marx desenvolvida pelas feministas na década de 1970, especialmente no “Movimento a favor do Salário para o Trabalho Doméstico”, do qual eu fiz parte. Eu argumento que essas feministas encontraram em Marx o fundamento para uma teoria

feminista centrada na luta das mulheres contra o trabalho doméstico não remunerado porque lemos sua análise do capitalismo politicamente, que provinha da experiência pessoal direta, em busca de respostas para o nosso rechaço das relações domésticas. Naquela época, conseguimos levar a teoria de Marx a lugares que, em Marx, permaneciam ocultos. Ao mesmo tempo, ler Marx numa chave política revelou as limitações de seu quadro teórico, demonstrando que uma perspectiva feminista anticapitalista não pode ignorar seu trabalho, pelo menos enquanto o capitalismo seja o modo dominante de produção⁶, mas deve ir além dele.

1. Marx e o gênero na esfera de produção industrial

Os limites do trabalho de Marx destacam-se de modo claro no volume 1 d'*O Capital*, uma vez que ali examina pela primeira vez a questão do “gênero” não em relação à subordinação das mulheres dentro da família burguesa, mas em relação às condições do trabalho fabril da mulher na revolução industrial. Esta foi a “questão da mulher” da época⁷, em ambos os lados do Canal, enquanto economistas, políticos e filantropos clamavam contra a destruição da vida familiar que ela produzia, a nova independência que conferia às mulheres, e sua contribuição ao protesto dos trabalhadores, expressa no ascenso dos sindicatos e do Cartismo.

Portanto, no momento em que Marx começou a escrever, as reformas já estavam em andamento, e ele contava com abundante

⁶ Eu ecoo aqui um ponto colocado por Martha Gimenez, em GIMENEZ, M., *Capitalism and the Oppression of Women: Marx Revisited*. *Science and Society*, 69:1, 2005, p. 11-32.

⁷ Sobre o debate em torno das consequências do trabalho industrial para as mulheres, tais como a “Questão das Mulheres” na Inglaterra do século XIX, ver LOWN, J. *Women and Industrialization: Gender at Work in Nineteenth-century England*. Cambridge: Polity Press/Minneapolis, University of Minnesota Press, 1990, p. 1-4, 131, 214, 210-218. Sobre os mesmos debates na França, ver SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. Nova York: Columbia University Press, 1988, especialmente o capítulo 7, p. 139-166.

literatura sobre o assunto, que consistia em relatórios dos inspetores de fábrica que, na década de 1840, o governo inglês empregava para que fosse cumprido o limite de horas de trabalho imposto para mulheres e crianças⁸.

O volume 1 cita páginas inteiras desses relatórios, especialmente nos capítulos sobre “A jornada de trabalho” e “Maquinaria e grande indústria”, que ilustram as tendências estruturais da produção capitalista – as tendências a estender as horas de trabalho ao limite da resistência física dos trabalhadores, a desvalorizar a força de trabalho, a extrair o máximo de trabalho do número mínimo de trabalhadores – e denunciam os horrores aos quais mulheres e crianças eram submetidos a cada etapa do desenvolvimento industrial.

Eles nos informam sobre as costureiras que morriam por excesso de trabalho e falta de ar e alimento (MARX, 1990, p. 365), sobre meninas que trabalhavam sem se alimentar quatorze horas por dia, ou que se arrastavam seminuas nas minas para transportar carvão à superfície, sobre crianças que eram tiradas da cama à meia-noite “e obrigadas a trabalhar para ganhar um mísero sustento” (MARX, 1990, p. 416), “as crianças eram levadas ao matadouro”, [onde] máquinas vampíricas consumiam suas vidas “enquanto existisse um músculo, um tendão, uma gota de sangue para sugar” (MARX, 1990, p. 416).

É preciso reconhecer que poucos escritores políticos desprezaram, sem fazer concessões, como o fez Marx, a brutalidade do sistema capitalista – por fora da escravidão –, e ele deve ser valorizado por isso. Particularmente impressionante é sua denúncia da barbaridade da exploração do trabalho infantil, sem paralelo na literatura marxista. Mas, apesar de sua eloquência, suas considerações são mais descritivas

⁸ Sobre a reforma do trabalho de mulheres e crianças na Inglaterra, além do Volume 1 do *Capital*, ver Judy Lowy (1990), e Levine Frader, L. *Women in the Industrial Capitalist Economy*. In: BRIDENTHAL, R.; KOONZ, C.; STUART, S. (eds.). *Becoming Visible, Women in European History*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1987, p. 309-331.

do que analíticas, e chama a atenção a ausência da discussão sobre as questões de gênero.

Não nos informa, por exemplo, como o emprego de mulheres e crianças nas fábricas afetou as lutas dos trabalhadores, quais debates motivaram suas organizações ou como isso afetou as relações entre mulheres e homens. Por outro lado, temos vários comentários moralistas, tais como que o trabalho fabril degradava o “caráter moral” das mulheres ao promover condutas “promíscuas” e as fazia descuidar de seus deveres maternos. Quase nunca as mulheres são retratadas como atoras capazes de lutar por si mesmas.⁹ Geralmente, aparecem como vítimas, embora seus contemporâneos notassem sua independência, seu comportamento estrondoso e sua capacidade de defender seus interesses contra as tentativas por parte dos donos das fábricas de reformar seus costumes¹⁰.

Nas considerações de Marx sobre o gênero na esfera de produção também falta uma análise da crise que a extinção do trabalho doméstico nas comunidades proletárias provocou a favor da expansão das relações capitalistas, e o dilema que o capital enfrentou – à época e atualmente – quanto ao lugar favorável e ao uso do trabalho das mulheres. Esses silêncios são especialmente significativos, já que os capítulos que mencionei são os únicos em que as questões em torno das relações de gênero estão presentes.

As questões de gênero têm um lugar marginal em *O Capital*. Em um texto de três volumes de milhares de páginas, apenas cerca de

⁹ A única referência à luta das mulheres trabalhadoras de fábrica está na p. 551, em que ele menciona que as tecelãs do tear mecânico realizaram uma greve em Wiltshire pelo problema em torno do controle de horas trabalhadas (Ibidem, p. 551).

¹⁰ Cf. Lown (1990, p. 214), que fala da oposição das mulheres trabalhadoras às leis fabris de 1830 e da luta das trabalhadoras da seda para “manter o controle sobre aqueles aspectos da vida que sempre foram centrais para a experiência de mulheres trabalhadoras: cuidado das crianças, higiene pessoal e vestimenta” (LOWN, 1990, p. 162). Sobre as meninas nas fábricas “que representam uma independência recém-descobertas e a liberdade para as mulheres”, cf. Lown (1990) e SECCOMBE, W. Patriarchy stabilized: The Construction of the Male Breadwinner Wage Norm in Nineteenth-Century Britain. *Social History*, 11, 1986, p. 53-76, p. 121.

uma centena se refere à família, à sexualidade, ao trabalho das mulheres, e estas são observações de passagem. Faltam referências a questão de gênero mesmo onde elas são mais esperadas, como nos capítulos sobre a divisão social do trabalho ou sobre os salários.

Somente ao final do capítulo “Maquinaria e grande indústria”, encontramos algumas pistas sobre políticas de gênero que sabemos que Marx defendia em seu trabalho político como secretário da Primeira Internacional, posto a partir do qual se opôs às tentativas de excluir as mulheres do trabalho fabril¹¹. Isso é coerente com a sua convicção, de toda uma vida, de que o capitalismo – apesar de toda a sua violência e brutalidade – era um mal necessário e uma força progressiva, já que

o verdadeiro capitalista *obriga* o [...] desenvolvimento das *forças sociais produtivas* a criar *condições materiais de produção* que são a única base real para uma forma superior de sociedade cujo princípio fundamental é o pleno e livre desenvolvimento de todos os indivíduos (MARX, 1990, p. 739).

Aplicado ao gênero, isso significava que, ao “liberar” o trabalho das limitações da especialização e da necessidade da força física, e ao incorporar mulheres e crianças à produção social, o desenvolvimento capitalista e a industrialização em particular abriam o caminho para relações de gênero mais igualitárias. Por um lado, liberavam as mulheres e crianças da dependência pessoal e da exploração parental de seus trabalhos – marcas da indústria nacional; por outro, lhes permitia participar em igualdade de condições com os homens na produção social.

Tal como ele expõe ao discutir sobre a introdução da educação básica para as crianças que trabalhavam na fábrica:

¹¹ Cf. BROWN, H. *Marx on Gender and the Family. A Critical Study*. Leiden-Boston: Brill, 2012, p. 115.

E, por mais espantosa e repugnante que nos pareça a dissolução da antiga família dentro do sistema capitalista, não é menos certo que a grande indústria, ao atribuir à mulher, ao jovem e à criança de ambos os sexos um papel nos processos socialmente organizados da produção, arrancando-os com isso [da] órbita doméstica, cria as novas bases econômicas para uma forma superior de família e de relações entre ambos os sexos (MARX, 1990, p. 620-621).

Como seria essa nova família, como reconciliaria “produção com reprodução”, não é algo que Marx investiga. Ele apenas acrescentou com cautela que:

a existência de uma mão-de-obra trabalhadora combinada, em que entram indivíduos de ambos os sexos e das mais diversas idades – embora hoje, em sua forma primitiva e brutal em que o trabalhador existe para o processo de produção e não este para o trabalhador, seja uma fonte podre de corrupção e escravidão –, sob as condições que correspondem a este regime, serão transformadas necessariamente numa fonte de progresso humano (MARX, 1990, p. 621).

Apesar de não estar explicitamente articulado, fundamental para a suposição de Marx de que o deslocamento do doméstico pela indústria de larga escala produziria uma sociedade mais humana era também, indubitavelmente, a ideia (à qual ele retornou em diversas seções de *O Capital*) de que o trabalho industrial é mais do que um multiplicador do poder de produção e um garantidor (presumivelmente) de abundância social. É - potencialmente - o criador de um tipo diferente de associação cooperativa e de um tipo diferente de ser humano, livre da dependência pessoal e não “determinado” para um tipo particular de habilidades, capaz, portanto, de se envolver em uma ampla variedade de atividades e de assumir o tipo de comportamento exigido por uma organização “racional” do processo de trabalho.

Concomitante com sua concepção de comunismo como o fim da divisão do trabalho, e com sua visão em *A ideologia alemã* de uma sociedade onde se pescaria e caçaria pela manhã e escreveria poemas pela tarde (MARX, 1988, p. 53), pode tornar-se sedutora a ideia de uma sociedade industrial, cooperativa e igualitária, onde (parafrazeando um pronunciamento provocativo no *Manifesto Comunista*)¹² as diferenças de gênero perderiam toda “validade social” no interior da classe trabalhadora. Não surpreende que essa ideia tenha inspirado gerações de ativistas sociais, incluindo as feministas.

Não obstante, como as feministas descobriram na década de 1970, essa perspectiva tem limitações importantes. Vale a pena mencionar quatro delas, todas com implicações para além do gênero e relacionadas ao conceito de Marx em torno da industrialização e do desenvolvimento capitalista como forças emancipadoras e condições para a libertação humana.

Ao celebrar a indústria moderna por libertar as mulheres das cadeias tanto do trabalho doméstico como do regime patriarcal, e por tornar possível sua participação na produção social, Marx assumiu que: *a)* as mulheres nunca antes estiveram envolvidas na produção social, ou seja, o trabalho reprodutivo não deveria ser considerado um trabalho socialmente necessário; *b)* o que limitou no passado sua participação no trabalho foi a falta de força física; *c)* o salto tecnológico é essencial para a igualdade de gênero; *d)* o que é mais importante, em antecipação ao que os marxistas repetiriam por gerações: o trabalho fabril é a forma paradigmática da produção social, conseqüentemente, a fábrica, e não a comunidade, é o local da luta anticapitalista.

Perguntas devem ser feitas para cada um desses pontos.

Podemos descartar rapidamente o argumento da “força física” como uma explicação da discriminação baseada no gênero. Basta

¹² MARX, K. e ENGELS, F. *The Communist Manifesto*. London: Penguin Classics (1967), p. 88. Marx acrescenta que, conseqüentemente, “[os] interesses e as condições de vida do proletariado estão se tornando cada vez mais niveladas à medida que a maquinaria apaga as diferenças entre os trabalhos” (MARX e ENGELS, 1967).

dizer que a própria descrição de Marx sobre as condições de emprego das fábricas para mulheres e crianças é um contra-argumento, e que os relatórios fabris que ele citou deixam claro que as mulheres eram empregadas para o trabalho industrial não porque a automação reduziria a carga de seu trabalho (MARX, 1990, p. 527), mas porque se poderia pagar menos a elas, eram consideradas mais dóceis e mais inclinadas a empregar todas as suas energias no trabalho. Devemos também dispensar a ideia do confinamento das mulheres às tarefas do lar antes do advento da industrialização. A indústria doméstica da qual as mulheres se libertaram empregava uma pequena parte do proletariado feminino, e era ela mesma uma inovação relativamente recente que resultou do colapso das guildas¹³. Na realidade, antes da revolução industrial, e durante ela, as mulheres desempenharam diferentes trabalhos, desde agricultura até comércio, serviço e trabalho doméstico. Portanto, como Bock e Duden (1980) documentaram, não há base histórica para a ideia – a qual Marx e outros socialistas subscreveram – de que “o desenvolvimento do capitalismo, com seu trabalho cada vez mais industrial (“produtivo”) para as mulheres, libertou e as liberta do antigo domínio feudal do trabalho doméstico e da tutela dos homens” (BOCK e DUDEN, 1980, p. 157).

Marx também minimizou, em sua concepção da indústria em larga escala como um equalizador de distinções biológicas e sociais, o peso das hierarquias sexuais herdadas e reconstruídas que asseguravam que as mulheres experimentariam o trabalho fabril de modos específicos, distintos dos homens. Ele observou que os pressupostos sobre o gênero manteriam sua proeminência

¹³ Sobre este tópico, ver BOCK, G. e DUDEN, B. Labor of love – Love as labor: On the genesis of housework in capitalism. In: ALTBACK, E. H. (ed.). *From Feminism to Liberation*. Cambridge: Schenkman Publishing Company, Inc., 1980, p. 153-192) e HENNIGER, M. Poverty, Labour, Development: Toward a Critique of Marx's Conceptualizations. In: VAN DER LINDEN, M. e ROTH, K. H. (eds.), *Beyond Marx. Theorising the Global Labour Relations of the Twenty-First Century*. Leiden-Boston: Brill, 2014, p. 281-304. p. 296- 297).

no trabalho industrial – usados, por exemplo, para justificar os salários mais baixos das mulheres em comparação com os dos homens – e que as condições de trabalho “promíscuas” poderiam significar uma vulnerabilidade para o abuso sexual, que com frequência resultava na gravidez em idade precoce (MARX, 1990, p. 852). Mas, como já vimos antes, ele assumiu que esses abusos seriam superados quando os trabalhadores tomassem o poder político e redirecionassem os objetivos da indústria para seu bem-estar. No entanto, após dois séculos de industrialização, podemos ver que, enquanto o fim do capitalismo não está à vista, a igualdade no âmbito do trabalho tem sido um produto das lutas das mulheres e não um presente de máquinas.

Mais crucial é que a identificação de Marx do trabalho industrial com a forma normativa do trabalho e o lugar privilegiado para a produção social não deixa espaço para qualquer consideração das atividades reprodutivas domésticas, que, como assinalou Fortunati (1997), Marx mencionou apenas para notar que o capital as destrói ao se apropriar de todo o tempo das mulheres¹⁴.

Existe um contraste interessante com o trabalho de Alfred Marshall, pai da economia neoclássica, no que se refere à abordagem da relação entre a fábrica e o lar. A visão de Marx do trabalho industrial como um tipo de trabalho mais racional lembra a “capacidade geral de trabalho” de Marshall, que ele descreveu como uma nova capacidade com a qual [naquela época] contavam poucos trabalhadores no mundo:

específica não de qualquer ocupação, mas desejada por todos, que permite aos trabalhadores sustentar por um longo período de tempo qualquer tipo de trabalho, ter em conta muitas coisas ao mesmo tempo, se adaptarem rapidamente às mudanças nos

¹⁴ Fortunati acrescenta que Marx concebia o trabalho de reprodução das mulheres “a partir da leitura de relatórios governamentais, que há muito perceberam o problema da usurpação do trabalho fabril sobre tarefas domésticas” (FORTUNATI, L. *The Arcane of Reproduction. Housework, Prostitution, Labor and Capital*. Trad. de Hilary Creek. Brooklyn: Autonomedia, 1997, p. 169).

detalhes do trabalho realizado, permanecerem estáveis e ser confiável (MARSHALL, 1938, p. 206-207).

Marshall, no entanto, alinhado com os reformistas contemporâneos, acreditava que o principal contribuinte para a produção dessa “habilidade geral” era a vida doméstica e especialmente a influência da mãe (MARSHALL, 1938, p. 207), pelo que se opunha fortemente ao emprego exterior das mulheres. Marx, ao contrário, dá pouca atenção ao trabalho doméstico. Não há uma discussão a esse respeito em sua análise sobre a divisão social do trabalho, onde ele afirma apenas que a divisão do trabalho na família tem uma base fisiológica¹⁵. Mais surpreendente é o seu silêncio sobre o trabalho doméstico das mulheres em sua análise da reprodução da força de trabalho em seu capítulo “Reprodução Simples”¹⁶.

Aqui ele apela a uma questão crucial para a compreensão do processo de criação de valor no capitalismo: a força de trabalho, a nossa capacidade de trabalhar, não nos é dada. Consumida todos os dias no processo de trabalho, deve (re)produzir-se constantemente, e essa (re)produção é tão essencial para a valorização do capital como é “a limpeza das máquinas”, uma vez que “é a produção dos meios de produção mais preciosos dos capitalistas: o próprio trabalhador” (MARX, 1990, p. 718).

Em outras palavras, como também sugeriu nas notas então publicadas sob o título *Teorias sobre a mais-valia*¹⁷, assim como em *O Capital*, Marx indica que a reprodução do trabalhador é parte

¹⁵ “Dentro da família, e mais tarde, à medida que esta se desenvolve dentro da tribo, surge naturalmente uma divisão do trabalho, baseada nas diferenças de idade e sexo, isto é, em causas puramente fisiológicas” (Marx, 1990, p. 471).

¹⁶ Marx (1990, Parte 7, Capítulo 23).

¹⁷ Na primeira parte das *Teorias sobre a Mais-Valia*, Marx afirma: “O trabalho produtivo seria aquele que produz mercadorias ou produz, forma e desenvolve diretamente a força de trabalho em si mesma” (MARX, K. *Theories of Surplus Value, Part 1*. Moscou: Progress Publishers, 1969, p. 172). Como veremos mais adiante, as feministas tomaram isso para indicar que o trabalho doméstico é “trabalho produtivo” no sentido marxista.

essencial e condição da acumulação de capital. Não obstante, apenas a concebe sob o aspecto do “consumo” e coloca sua realização somente dentro do circuito da produção de mercadorias. Os trabalhadores – segundo Marx – usam seus salários para comprar os bens necessário à sua vida e, ao consumi-los, se reproduzem. É literalmente a produção de assalariados por meio das mercadorias produzidas pelos assalariados.¹⁸ Portanto, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de vida necessários para garantir a subsistência do seu possuidor” e é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias que os trabalhadores consomem (MARX, 1999, p. 274, grifos meus).

Em nenhuma parte de *O Capital*, Marx reconhece que a reprodução da força de trabalho envolve o trabalho não remunerado das mulheres - preparar comida, lavar a roupa, criar os filhos, fazer amor. Pelo contrário, ele insiste em retratar o assalariado como um reprodutor de si mesmo. Mesmo quando considera as necessidades que o trabalhador deve satisfazer, ele o retrata como um comprador de mercadorias autossuficiente, enumerando entre suas necessidades vitais os alimentos, abrigos, roupas, mas omitindo estranhamente o sexo, seja obtido dentro da configuração familiar ou comprado, o que sugere que a vida do trabalhador é imaculada e somente a mulher é moralmente manchada pelo trabalho industrial (MARX, 1990, p. 275). Assim, a prostituta é negada como trabalhadora e é relegada a um exemplo da degradação da mulher, sendo retratada apenas como pertencente “aos últimos restos da superpopulação”, o “lumpen-proletariado” (MARX, 1990, p. 797), que em *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* é descrito como “a escória de todas as classes” (MARX, 1968, p. 75).

São as poucas passagens em que Marx se aproxima de romper este silêncio e admitir implicitamente que o que é apresentado como

¹⁸ A referência aqui é Piero Sraffa em Sraffa, Piero. *Production of Commodities by Means of Commodities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

“consumo” ao assalariado pode ser trabalho reprodutivo do ponto de vista de sua contraparte feminina. Em uma nota de rodapé a discussão sobre a determinação do valor da força de trabalho, em “Maquinaria e grande indústria”, ele escreve: “basta observar como o capital usurpa em seu próprio benefício até o trabalho familiar indispensável para o consumo” (MARX, 1990, p. 518). E acrescenta:

Como na família existem certas funções, por exemplo, a de atender e amamentar as crianças, que não podem ser suprimidas radicalmente, as mães confiscadas pelo capital se veem em maior ou menor medida obrigadas a contratar trabalhadoras para substituí-las. Os trabalhos impostos pelo consumo familiar, como costurar, remendar, etc., são fornecidos comprando produtos prontos. Ao diminuir o investimento de trabalho doméstico, aumenta, como é lógico, o investimento de dinheiro. Portanto, os custos de produção da família trabalhadora crescem e equilibram os rendimentos obtidos com o trabalho. A isso se adiciona o fato de que é impossível para a família trabalhadora ater-se às normas de economia e convivência no consumo e preparação de seus alimentos (MARX, 1990. p. 518).

Não obstante, nada mais é dito sobre este trabalho doméstico “que não pod[e] ser suprimid[o] radicalmente” e que deve ser substituído por bens adquiridos. E além disso nos resta perguntar se o custo da produção aumenta apenas para o trabalhador ou também para o capitalista, supostamente através das lutas que os trabalhadores empreenderiam para obter salários mais altos.

Mesmo quando se refere à reprodução geracional da força de trabalho, Marx não menciona a contribuição das mulheres, e descarta a possibilidade de tomadas de decisão autônomas por parte das mulheres em relação à procriação, que é referida como “o crescimento natural da população”. Ele comenta que “o capitalista pode tranquilamente deixar o cumprimento desta condição ao instinto de autopreservação e ao instinto de perpetuação dos trabalhadores” (MARX, 1990, p. 718) – uma contradição com o comentário

anteriormente citado sobre o descuido dos deveres maternos por parte das mulheres trabalhadoras das fábricas, o que equivale praticamente ao infanticídio. Ele também sugeriu que o capitalismo não depende da capacidade reprodutiva das mulheres para sua própria expansão, dada a constante criação de excedentes populacionais a partir das revoluções tecnológicas.

Na tentativa de explicar a cegueira de Marx sobre a onipresença do trabalho reprodutivo, que devia se desdobrar diariamente sob seus olhos em sua própria casa, enfatizei em ensaios anteriores sua ausência nas casas proletárias na época em que ele escreve, uma vez que a fábrica empregava a família inteira do momento em que o sol nascia até ele se pôr¹⁹. O próprio Marx sugere esta conclusão quando, citando um médico enviado pelo governo inglês para avaliar o estado de saúde dos distritos industriais, observou que o fechamento dos moinhos de algodão causados pela Guerra de Secessão americana tinha pelo menos um benefício. As mulheres

dispõem agora de tempo necessário para amamentar seus filhos, em vez de envenená-los com Godfrey's Cordial (um tipo de narcótico). Elas têm tempo para aprender a cozinhar. Infelizmente, o tempo para dedicar-se às tarefas da cozinha coincidia com momentos em que não tinham o que comer [...] A crise a que nos referimos também era usada para ensinar as filhas dos trabalhadores a costurar nas escolas. Foi necessário que uma revolução surgisse na América do Norte, e que uma crise mundial fosse desencadeada, para que algumas garotas trabalhadoras pudessem aprender a costurar, cujo trabalho consistia em fiar para o mundo inteiro! (MARX, 1990, p. 517-518)

Mas a redução abismal do tempo e dos recursos necessários para a reprodução dos trabalhadores que Marx documentou não era

¹⁹ FEDERICI, S. *Revolution at Point Zero*. Housework, Reproduction and Feminist Struggle. Oakland: PM Press, 2012, p. 94.

uma condição universal. Os funcionários da fábrica eram apenas 20 a 30% da população de mulheres trabalhadoras. Mesmo entre elas, muitas mulheres abandonavam o trabalho de fábrica quando tinham filhos. Além disso, como vimos, o conflito entre o trabalho fabril e os “deveres reprodutivos” das mulheres era um problema-chave na época de Marx, como demonstram os relatórios fabris que ele citou e as reformas que produziram.

Por que, então, essa exclusão sistemática? E por que Marx não pôde perceber que o impulso parlamentar para reduzir o trabalho fabril de mulheres e crianças abrigava uma nova estratégia de classe que mudaria o curso da luta de classes?

Sem dúvida, parte da resposta é que, como os economistas políticos clássicos, Marx não considerava as tarefas domésticas como um tipo de trabalho historicamente determinado, com uma história social específica, mas como uma força natural e uma vocação feminina, um dos produtos dessa grande “despensa” que a terra é para nós, como argumentou. Quando, por exemplo, ele comentou que o trabalho em excesso e a fadiga produziam um “estranhamento não natural” entre as mulheres trabalhadoras das fábricas e seus filhos (MARX, 1990, p. 521), apelou para uma imagem de maternidade em consonância com uma concepção naturalizada dos papéis de gênero. Possivelmente contribuiu para isso que, na primeira fase do desenvolvimento capitalista, o trabalho reprodutivo da mulher estava, segundo a sua terminologia, “formalmente subsumido” na produção capitalista²⁰, isto é, não tinha sido moldado para se adaptar às necessidades específicas do mercado de trabalho. Sim, um teórico tão poderoso e historicamente orientado como Marx deveria ter percebido que o trabalho doméstico,

²⁰ Marx usa o conceito de subsunção “formal” *versus* subsunção “real” para descrever o processo pelo qual o capital na primeira fase da acumulação capitalista se apropria do trabalho “tal como se encontra”, “sem qualquer modificação da natureza real do processo de trabalho” (MARX, 1990, p. 1021). Por contraste, existe uma subsunção real quando o capital molda o trabalho/produção para seus próprios fins.

apesar de ter *aparecido* como uma atividade do passado, que satisfazia puramente “necessidades naturais”, sua forma era na realidade uma forma de trabalho historicamente específica, produto da separação entre produção e reprodução, trabalho remunerado e não remunerado, que nunca existiram em sociedades pré-capitalistas ou sociedades não reguladas pela lei do valor de troca. Depois de ter advertido contra a mistificação produzida pela relação salarial, deveria ter visto que, desde a sua criação, o capitalismo subordina atividades reprodutivas – na forma de trabalho feminino não remunerado – à produção de força de trabalho e, conseqüentemente, o trabalho não remunerado que os capitalistas extraem dos trabalhadores é muito mais conspícuo do que o extraído durante a jornada de trabalho remunerado, pois inclui as tarefas domésticas não remuneradas das mulheres, reduzidas inclusive a um mínimo.

O silêncio de Marx sobre o trabalho doméstico foi por que, como se sugeriu, ele “não considerava que as forças sociais fossem capazes de conduzir o trabalho doméstico em uma direção revolucionária” (Cleaver, 2000)? Esta é uma questão legítima se “lemos Marx politicamente”²¹ e consideramos que suas teorizações sempre se preocupavam com suas implicações organizacionais e suas potencialidades²². Abre-se a possibilidade de que ele manteve reservas sobre a questão das tarefas domésticas porque temia que a atenção dada a esse trabalho fizesse o jogo das organizações de trabalhadores e dos reformistas burgueses que glorificavam o trabalho doméstico para excluir as mulheres do trabalho fabril. Mas, nos anos 1850 e 1860, as tarefas domésticas e a família já estavam há décadas no centro de uma discussão acalorada entre socialistas, anarquistas e um

²¹ Aqui me refiro ao trabalho de Harry Cleaver, *Reading Capital Politically* (2000).

²² Esse é um ponto que Negri insiste em *Marx Beyond Marx* (1991).

movimento feminista emergente, e se experimentavam reformas no lar e nas tarefas domésticas²³.

Devemos concluir, portanto, que seu desinteresse pelo trabalho doméstico tem raízes mais profundas, decorrentes tanto da naturalização como da desvalorização desse, o que, aparentemente, o tornou – em comparação com o trabalho industrial – uma forma arcaica que em breve seria superada pelo progresso da industrialização. Seja como for, a consequência da falta de teorização de Marx sobre o trabalho doméstico é que *sua explicação da exploração capitalista e sua concepção de comunismo ignoram a atividade mais difundida do planeta e uma das principais causas das divisões dentro da classe trabalhadora.*

Há um paralelo aqui com o lugar da “raça” na obra de Marx. Embora reconhecesse que “o trabalho dos brancos não pode emancipar-se onde o trabalho dos negros é escravizado” (MARX, 1990, p. 414), não deu muito espaço em suas análises ao trabalho escravo e ao uso do racismo para reforçar e naturalizar uma forma de exploração mais intensa. Seu trabalho, portanto, não podia desafiar a ilusão – dominante no movimento socialista – de que o homem branco assalariado representava os interesses de toda a classe trabalhadora – uma mistificação que, no século XX, levou lutadores anticoloniais a concluir que o marxismo era irrelevante para sua luta.

Mais perto de casa, Marx não antecipou que as formas brutais de exploração que ele tão fervorosamente descreveu logo seriam parte do passado, pelo menos em grande parte da Europa. Ameaçada pela guerra entre as classes e a possível extinção da força de trabalho, a classe capitalista, em conluio com algumas organizações de trabalhadores, iniciaria um novo curso estratégico, aumentando o investimento na reprodução da força de trabalho e o salário dos trabalhadores homens, enviando as mulheres de volta para casa para fazer tarefas domésticas e, nesse processo, mudando o curso da luta de classes.

²³ A esse respeito, ver o trabalho de Dolores Hayden, *The Grand Domestic Revolution* (1985).

Embora Marx fosse consciente do grande desperdício de vida que o sistema capitalista produzia e estivesse convencido de que o movimento de reforma fabril não procedia de inclinações humanitárias, ele não percebeu que o que estava em jogo na “legislação protetora” era mais do que uma reforma do trabalho da fábrica. Reduzir as horas de trabalho das mulheres foi o caminho para uma nova estratégia de classe, que recolocava as mulheres proletárias no lar para produzir não mercadorias físicas, mas trabalhadores.

Através dessa estratégia, o capital conseguiu dissipar a ameaça de insurgência da classe trabalhadora e criar um novo tipo de trabalhador: mais forte, mais disciplinado, mais resiliente, mais apto a tornar seus os objetivos do sistema; o tipo de trabalhador, de fato, que considera os requisitos da produção capitalista como “as leis naturais mais lógicas” (MARX, 1990, p. 899). Esse foi o tipo de trabalhador que permitiu que o capitalismo britânico e norte-americano na virada do século passasse da indústria leve para a indústria pesada, da indústria têxtil para a indústria siderúrgica, da exploração com base na extensão da jornada de trabalho a uma baseada na intensificação da exploração. Isso implica que a criação da família trabalhadora e da dona de casa proletária em tempo integral foram uma parte essencial e uma condição da transição de um excedente absoluto para um excedente relativo. Nesse processo, as tarefas domésticas passaram por um processo de “subsunção real”, tornando-se pela primeira vez objeto de uma iniciativa estatal específica que as ligou mais fortemente à necessidade do mercado de trabalho e à disciplina do trabalho capitalista.

Em consonância com o auge da expansão imperial britânica (que trouxe muitas riquezas ao país, aumentando os salários dos trabalhadores), essa inovação não pode ser atribuída apenas à pacificação da força de trabalho. Mas foi um acontecimento de época, que inaugurou a estratégia que mais tarde culminou com o fordismo e o *New Deal*, pelos quais a classe capitalista investiria na reprodução de trabalhadores para adquirir uma força de trabalho mais disciplinada

e produtiva. Este foi o *deal* que se estendeu até a década de 1970, quando o surgimento internacional da luta das mulheres e do movimento feminista deram um ponto final a ele.

2. Feminismo, Marxismo e a questão da “reprodução”

Enquanto Marx, como propulsor da “emancipação das mulheres” mediante sua participação na produção social, entendida em grande medida como trabalho industrial, inspirou gerações de socialistas, um novo Marx foi descoberto nos anos 1970 pelas feministas que, em revolta contra as tarefas domésticas, a domesticidade e a dependência econômica aos homens, voltaram-se ao seu trabalho em busca de uma teoria capaz de explicar as raízes da opressão das mulheres a partir de uma perspectiva de classe. O resultado foi uma revolução teórica que mudou tanto o marxismo quanto o feminismo.

A análise de Mariarosa Dalla Costa sobre o trabalho doméstico como elemento chave na produção da força de trabalho²⁴, a localização de Selma James da dona de casa em um *continuum* com os “não assalariados do mundo”²⁵ – aqueles que, ainda assim, foram centrais no processo de acumulação de capital –, a redefinição por outras ativistas do movimento da relação salarial como instrumento para a naturalização de áreas inteiras de exploração, e a criação de novas hierarquias dentro do proletariado: todos esses desenvolvimentos teóricos e as discussões que eles geraram foram descritos na ocasião como o “debate sobre o lar”, supostamente centrado na questão de saber se as tarefas domésticas são produtivas ou não. Mas esta é uma grande distorção. O que foi redefinido ao perceber-se a centralidade do trabalho não remunerado das mulheres no lar, no que diz respeito

²⁴ Cf. DALLA COSTA, M. Women and the Subversion of the Community. In: DALLA COSTA, M.; JAMES, S. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

²⁵ Cf. JAMES, S. *Sex, Race and Class*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

à produção da força de trabalho, não era apenas o trabalho doméstico, mas a natureza do capitalismo e a luta contra ele.

Não surpreende que a discussão de Marx sobre a “reprodução simples” foi uma iluminação teórica nesse processo, tal como a confirmação de nossa suspeita de que a classe capitalista nunca teria permitido que tanto trabalho doméstico sobrevivesse se não tivesse visto a possibilidade de explorá-lo. Ler que as atividades que reproduzem a força de trabalho são essenciais para a acumulação capitalista trouxe à luz a dimensão de classe de nosso rechaço. Mostrou que este trabalho depreciado, sempre naturalizado, sempre desdenhado pelos socialistas como retrógrado, foi, na realidade, o pilar da organização capitalista do trabalho. Isso resolveu a questão controversa da relação entre gênero e classe, e nos deu ferramentas para conceituar não só a função da família, mas a profundidade do antagonismo de classe nas raízes do capitalismo. Do ponto de vista prático, confirmou que, como mulheres, não precisaríamos nos unir aos homens da fábrica para fazer parte da classe trabalhadora e realizar uma luta anticapitalista. Poderíamos lutar autonomamente, começando com o nosso próprio trabalho em casa, como o “centro nervoso” da produção de força de trabalho²⁶. E a nossa luta tinha que ser travada primeiro contra os homens das nossas famílias, uma vez que, através dos salários dos homens, do casamento e da ideologia do amor, o capitalismo permitiu que os homens dirigissem nosso trabalho não remunerado e disciplinassem nosso tempo e espaço.

Ironicamente, então, nosso encontro com Marx e nossa apropriação de sua teoria sobre a reprodução da força de trabalho, de alguma maneira consagrando a importância de Marx para o feminismo, também nos deu evidências conclusivas de que devíamos colocar Marx de ponta cabeça e começar nossa análise e nossa luta

²⁶ Cf. FORTUNATI, L. *The Arcane of Reproduction*. Housework, Prostitution, Labor and Capital. Trad. de Hilary Creek. Brooklyn: Autonomedia, 1997.

precisamente a partir da “fábrica social” que ele havia excluído de seu trabalho.

Descobrir a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação de capital também levou à pergunta de qual seria a história do desenvolvimento do capitalismo se não fosse compreendida do ponto de vista da formação do proletariado assalariado, mas do ponto de vista das cozinhas e quartos onde a força de trabalho é produzida diariamente, geração após geração.

A necessidade de uma perspectiva de gênero para a história do capitalismo - para além da “história das mulheres” ou da história do trabalho assalariado - é o que me levou, entre outras coisas, a repensar a explicação de Marx sobre a acumulação originária e para descobrir a caça às bruxas nos séculos XVI e XVII como um momento fundacional na desvalorização do trabalho das mulheres e no surgimento de uma divisão do trabalho sexual especificamente capitalista²⁷.

A percepção simultânea de que, ao contrário da antecipação de Marx, a acumulação originária tornou-se um processo permanente também coloca em questão sua concepção sobre a relação necessária entre capitalismo e comunismo. Ela invalidou a visão de Marx sobre a história em termos de estágios, em que o capitalismo é retratado como o purgatório que precisamos habitar enfrentando o mundo da liberdade e o papel libertador da industrialização.

O surgimento do ecofeminismo, que conectou a desvalorização das mulheres e da reprodução por parte de Marx com sua visão de que a missão histórica da humanidade é o domínio da natureza, fortaleceu nossa posição. Especialmente importantes foram as obras de Maria Mies (1986) e Ariel Salleh (1997), que mostraram que o ato de Marx de apagar as atividades reprodutivas não é acidental, contingente das tarefas que ele atribuiu ao *O Capital*, senão sistêmica. Como observa

²⁷ Cf. FEDERICI, S. *Caliban and the Witch. Women, the Body and Primitive Accumulation*. Brooklyn: Autonomedia, 2004.

Salleh, tudo em Marx estabelece que o que é criado pelo homem e a tecnologia tem um valor maior: a história começa com o primeiro ato de produção, os seres humanos realizam a si mesmos através do seu trabalho. Uma medida da realização de si é a sua capacidade de dominar a natureza e adaptá-la às necessidades humanas. E todas as atividades transformadoras positivas são concebidas no masculino: o trabalho é descrito como pai, a natureza como mãe, a terra também é concebida como feminina (SALLEH, 1997, p. 72-76). *Madame la Terre*, a chama Marx, em oposição à *Monsieur le Capital*.

As ecofeministas demonstraram que existe uma conexão profunda entre o desdém das tarefas domésticas, a desvalorização da natureza e a idealização do que a indústria e a tecnologia humana produzem.

Este não é o espaço para refletir sobre as raízes do olhar antropocêntrico. Basta dizer que o grande erro de cálculo que Marx e as gerações dos marxistas socialistas têm cometido em relação aos efeitos liberadores da industrialização hoje são muito óbvios. Hoje em dia, ninguém ousaria sonhar, como August Bebel fez em *Woman Under Socialism*, com o dia em que toda a comida fosse produzida quimicamente e em que “todos carregariam uma pequena caixa de produtos químicos no bolso para satisfazer a necessidade de nutrientes de lipídios, gorduras e carboidratos, independentemente da hora do dia ou da estação do ano” (BEBEL, 1910, p. 287-288).

À medida que a industrialização devora a terra e os cientistas ao serviço do desenvolvimento do capitalismo estão brincando com a produção da vida fora dos corpos das mulheres, a ideia de ampliar a industrialização para todas as nossas atividades reprodutivas é um pesadelo pior do que o que estamos experimentando com a industrialização da agricultura.

Não é surpreendente que, em círculos radicais, tenhamos testemunhado uma “mudança de paradigma”, enquanto a esperança estabelecida na Máquina como uma força para o “progresso histórico” é substituída por uma reorientação do trabalho político sobre questões,

valores e relações vinculados à reprodução de nossas vidas e a vida dos ecossistemas em que vivemos.

Foi-nos dito que, nos últimos anos de sua vida, Marx reconsiderou sua perspectiva histórica e, ao ler sobre as comunidades igualitárias e matrilineares do nordeste da América, começou a reconsiderar sua idealização do desenvolvimento industrial e capitalista e valorizar a força das mulheres²⁸.

Não obstante, o olhar prometeico sobre o desenvolvimento tecnológico promovido por Marx e toda uma tradição marxista, longe de perder o seu apelo, está de volta. Nele, a tecnologia digital desempenha para alguns o mesmo papel emancipador que Marx atribuiu à automação, de modo que o mundo da reprodução e dos trabalhos de cuidado, que as feministas valorizaram como um terreno de transformação e luta, encontra-se novamente sob o risco de serem privados de importância.

É por isso que, embora Marx tenha dedicado pouco espaço às teorias de gênero em seu trabalho e, supostamente, tenha mudado parte de sua perspectiva em seus últimos anos, ainda é importante discutilas e enfatizar, como tentei fazer neste trabalho, que seus silêncios a esse respeito não são descuidado, mas o sinal do limite que seu trabalho teórico e político não pode superar, mas que nós devemos fazê-lo.

Referências bibliográficas

BEBEL, A. *Woman and Socialism*. Nova York: The Co-Operative Press, 1910.

BOCK, G. e DUDEN, B. *Labor of love – Love as labor: On the genesis of housework in capitalism*". In: ALTBACH, E. H. (ed.). *From Feminism*

²⁸ Sobre esse tópico, ver o *The Ethnological Notebooks* de Marx, tal como discutido por Heather Brown (2012), capítulos 6 e 7.

to Liberation. Cambridge: Schenkman Publishing Company, Inc., 1980, p. 153-192.

BROWN, H. A. *Marx on Gender and the Family. A Critical Study*. Leiden-Boston: Brill, 2012.

CLEAVER, H. *Reading Capital Politically*. Leeds: Anti/Theses, 2000.

CUSTER, P. *Capital Accumulation and Women's labor in Asian Economies*. Nova York: Monthly Review Press, 2012.

DALLA COSTA, M. *Women and the Subversion of the Community*. In: DALLA COSTA, M. e JAMES, S. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

ENGELS, F. *The Condition of the Working-Class in England*. Moscow: Progress Publishers, 1980.

FEDERICI, S. *Caliban and the Witch. Women, the Body and Primitive Accumulation*. Brooklyn: Autonomedia, 2004.

_____. *Revolution at Point Zero. Housework, Reproduction and Feminist Struggle*. Oakland: PM Press, 2012.

_____. *Marxism, Feminism, and the Construction of the Commons*. In: BRINCAT, S. (ed.). *Communism in the 21st Century. Vol. 1 The Father of Communism. Rediscovering Marx's Ideas*. Oxford: Praeger, 2014, p. 171-194.

FOLBRE, N. *The Unproductive Housewife: Her Evolution in Nineteenth-Century Economic Thought*. *Signs* 16/3, n. 3, v. 16, 1991, p. 463-483.

FORNUNATI, L. *The Arcane of Reproduction. Housework, Prostitution, Labor and Capital*. Trad. de Hilary Creek. Brooklyn: Autonomedia, 1997.

JAMES, S. *Sex, Race and Class*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

GIMENEZ, M. E. *Capitalism and the Oppression of Women: Marx Revisited*. *Science and Society*, 69:1, 2005, p. 11-32.

HAYDEN, D. *The Grand Domestic Revolution*. Cambridge: MIT Press, 1985.

HENNINGER, M. *Poverty, Labour, Development: Toward a Critique of Marx's Conceptualizations*. In: VAN DER LINDEN, M. e ROTH, K. H. (eds.), *Beyond Marx. Theorising the Global Labour Relations of the Twenty-First Century*. Leiden-Boston: Brill, 2014, p. 281-304.

HOLMSTROM, N. *A Marxist Theory of Women's Nature*. In: _____. (ed.). *The Socialist Feminist Project. A Contemporary reader in Theory and Politics*. Nova York: Monthly Review, 2002a, p. 360-376.

_____. (ed.). *The Socialist Feminist Project. A Contemporary reader in Theory and Politics*. Nova York: Monthly Review, 2002b.

KRADER, L. (ed). *The Ethnological Notebooks of Karl Marx*. Assen: Van Gorkum e Co. B. V., 1974.

LEVINE FRADER, L. *Women in the Industrial Capitalist Economy*. In: BRIDENTHAL, R.; KOONZ, C.; STUARD, S. (eds.). *Becoming Visible, Women in European History*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1987, p. 309-331.

LOWN, J. *Women and Industrialization: Gender at Work in Nineteenth-century England*. Cambridge: Polity Press/Minneapolis, University of Minnesota Press, 1990.

MARSHAL, A. *Principles of Economics. An Introductory Volume*. Londres: MacMillan and Co., Ltd., 1938.

MARX, K. *The 18th of Brumaire of Louis Bonaparte*. Nova York: International Publishers, 1968.

_____. *Theories of Surplus Value, Part 1*. Moscou: Progress Publishers, 1969.

_____. *The Grundrisse. Foundations of the Critique of Political Economy*. Translated with a Foreword by Martin Nicolaus. Harondworth: Penguin, 1973.

_____. *Capital*, Vol. 1. London: Penguin, 1990.

_____. *Capital*, Vol. 2. London: Penguin, 1990.

_____. *Capital*, Vol. 3. London: Penguin, 1990.

_____. e ENGELS, F. *The Communist Manifesto*. London: Penguin Classics, 1967.

_____. *The German Ideology*. Edited by C. J. Arthur. Nova York: International Publishers, 1988.

MIES, M. *Patriarchy and Accumulation on a Large Scale*. Londres: Zed Books, 1986.

NEGRI, A. *Marx Beyond Marx. Lesson on the Grundrisse*. Trad. de Henry Cleaver. Brooklyn: Autonomedia, 1991.

MOJAB, S. (ed.). *Marxism and Feminism*. Londres: Zed Books, 2015.

PINCHBECK, I. *Women Workers and the Industrial Revolution. 1750-1850*. Nova York: F. S. Crofts e Co., 1930.

SALLEH, A. *Ecofeminism as Politics. Nature, Marx and the postmodern*. Londres: Zed Book, 1997.

SECCOMBE, W. *Patriarchy stabilized: The Construction of the Male Breadwinner Wage Norm in Nineteenth-Century Britain*. *Social History* 11 (1986), p. 53-76.

SRAFFA, P. *Production of Commodities by Means of Commodities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

_____. *Weathering the Storm. Working Class Families from the Industrial Revolution to the Fertility Decline*. Londres: Verso, 1993.

SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. Nova York: Columbia University Press, 1988.